

# PENT



Fundación para la integración  
de la Argentina en el mundo

## **Estrutura Social e Mobilidade: Novas Configurações.**

SCALON, Maria Celi.

Portugués

5 de Diciembre de 2002

2002-007

Título
Autores
Idioma
Fecha de Publicación
Documento de Trabajo Nro.

Los juicios y opiniones expresados en los documentos de trabajo de la Fundación PENT son exclusiva responsabilidad de los autores y no comprometen a la institución que los publica.

## **Estrutura Social e Mobilidade: Novas Configurações**

Maria Celi Scalon  
Sociologia – Iuperj  
cscalon@iuperj.br

## Desigualdades e Estrutura Social

No Brasil a configuração da estrutura social é marcada pelos processos de crescimento econômico e de industrialização, que inauguraram transformações rápidas e praticamente ininterruptas a partir de 1945 e que duraram até o início da década de 80. No entanto, nos anos 80 e 90 a economia brasileira esteve perto da estagnação, contrariando as tendências das décadas anteriores. É importante lembrar que a década de 90 foi marcada pela política de controle inflacionário, mas com conseqüências recessivas, prioridade de Fernando Henrique Cardoso, ministro da economia no período de 1993 a 1994, e presidente da República por oito anos, a partir de 1995.

Para entender a estrutura social do país é importante salientar que o Brasil é um país de contrastes, que tem na desigualdade sua principal característica. Em seu território de 8.547.403,5 km<sup>2</sup>, que o torna o quinto maior país do mundo, cabe ilhas de prosperidade e riqueza, mas também bolsões de miséria e abandono. Nele vivem 175 milhões de brasileiros<sup>1</sup>, dos quais os 10% localizados nos estratos mais privilegiados detêm 45,7% do total de rendimentos obtidos com o trabalho e os 10% com menores remunerações ficam com 1%, pior ainda, a renda total dos 10% mais ricos equivale aos rendimentos obtidos por 80% da população economicamente ativa. Certamente em um país com PIB per capita de US\$ 7.625,00, a pobreza em que vive uma grande parcela da população só pode ser entendida como resultante da desigualdade de distribuição de recursos. A concentração de renda no Brasil está entre as mais as piores do planeta terra, mantendo-se ao nível de 0,6 há vários anos. Em 1999 cerca de 14% da população, ou 22 milhões de brasileiros, estavam abaixo da linha de indigência enquanto 34%, ou 53 milhões, encontravam abaixo da linha de pobreza. Considerando as informações do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1999, o Brasil é o país com maior disparidade de renda no que diz respeito à razão entre a renda média dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos. Analisando o índice de GINI, somente a África do Sul e o Malavi têm concentração de renda mais perversa que o Brasil.<sup>2</sup>

O objetivo desse trabalho é fazer uma síntese do cenário sócio-econômico brasileiro e seu impacto sobre a estratificação e a estrutura de classes, na medida em que se deve reconhecer a estreita relação entre democracia, justiça social e oportunidades. Ao contrário da pobreza, que tem maior visibilidade e é alvo de ações específicas no sentido de combatê-la, a desigualdade nem

---

<sup>1</sup> Censo 2000.

<sup>2</sup> Paes de Barros, R.; Henriques, R. e Mendonça, R (2001) – A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil. Textos para Discussão/IPEA. Junho 2001.

sempre é percebida e dimensionada como um problema. Contudo as distâncias sociais tem-se aprofundado e, apesar desse ser um fenômeno mundial, suas conseqüências são especialmente perversas em países como o Brasil, onde já são alarmantes os índices de desigualdade e a exclusão de uma parcela significativa da população. Nessa malha flexível que tudo abarca, a desigualdade está presente em qualquer área na qual o observador se detenha: renda, educação, emprego e até mesmo a cidadania são estratificadas e desigualmente distribuídos.

Os dados do Censo 2000 registram uma taxa de mortalidade infantil para o Brasil de 29,6 por mil nascidos vivos, mas existem diferenças regionais e no Nordeste chega a 44 por mil; sendo a taxa mais baixa a da região Sul, 19,7. Para se ter um parâmetro é importante lembrar que a taxa de mortalidade infantil na Argentina é de 18 por mil nascidos vivos, no Chile de 10 e no Paraguai também menor que a do Brasil, 24 por mil<sup>3</sup>.

No Brasil, também a esperança de vida ao nascer é diferenciada por região. Os habitantes do Sudeste vivem quatro anos a mais do que os do Nordeste, com uma previsão de 69,4 anos e 65,5 anos, respectivamente; também nesse indicador a região sul está em melhor situação, com uma esperança de vida ao nascer de 70,8. Em média, a esperança de vida dos brasileiros é de 68,4 anos, cinco anos inferior a dos argentinos, que é de 73,4.

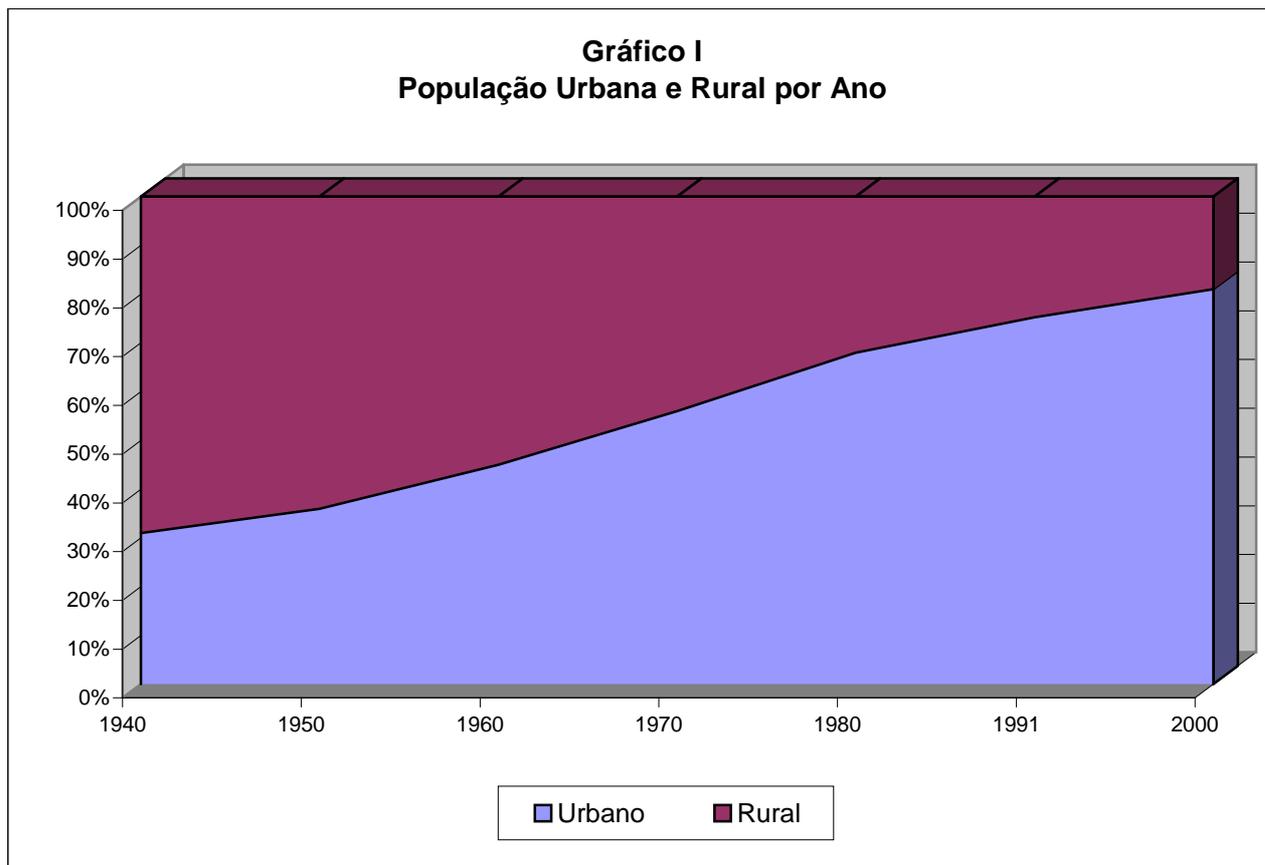
Até a década de 50 o Brasil era um país rural, com apenas 36% da população vivendo em áreas urbanas. A industrialização estava restrita a algumas regiões e as atividades econômicas predominantes eram a agricultura e a pecuária. Além disso, o campo caracterizava-se pela concentração fundiária, já que apenas 7,8% dos proprietários detinham 73,1% do total da área rural (Vítor Nunes Leal, 1975).

Esse quadro sofreu profundas transformações nas três décadas seguintes. A estrutura social brasileira experimentou mudanças significativas que podem ser creditadas a um processo acelerado de crescimento econômico e industrial acompanhado pela urbanização. Em 1960, a população urbana representava 45% da população brasileira, dez anos depois, já ultrapassava a rural e o censo de 1970 registra uma proporção de 56%, enquanto em 1980 atingia 68%. Os dados de 1991 mostram que 76% dos brasileiros vivem em áreas urbanas. Esse processo de evolução na proporção de pessoas vivendo em áreas urbanas pode ser acompanhado no gráfico I:

---

<sup>3</sup> Dados da Organização Mundial de Saúde, 2000.

**Gráfico I**  
**População Urbana e Rural por Ano**



Os dados do censo 2000 registram uma taxa de urbanização para o país de 81%; mas esse quadro é diferenciado entre regiões: para o Sudeste a taxa de urbanização é de 90,5% enquanto para o Nordeste é de 69,1%.

Essa mudança, descrita no nível puramente demográfico, carrega em si muitos outros significados, na medida em que incorpora transformações na estrutura de empregos e na economia, bem como no acesso a serviços e bens. O processo de industrialização no Brasil teve início no fim do século dezenove, mas somente após 1950, já na metade do século vinte, o crescimento industrial experimentou um ritmo acelerado. Pois até a década de cinquenta a economia brasileira estava identificada com relações tradicionais de trabalho.

Em 1940 e 1950, mais de 60% da PEA (População Economicamente Ativa<sup>4</sup>) estava empregada no setor agrícola, em 2000 correspondia a apenas 24%. Paralelamente aumentaram os setores secundário e terciário. O setor secundário de 1940 a 1960 variou na proporção de 13% e 17%, passando a 22% apenas uma década depois e 29% em 1980. No entanto, o emprego

<sup>4</sup> A População Economicamente Ativa corresponde aos indivíduos que tem ou estão procurando efetivamente emprego.

industrial sofre uma queda e em 2000 diminuiu para 19%. Em contrapartida, o terciário tem um crescimento linear expressivo, em 1940 contava com apenas 20% da PEA, em 1980 essa proporção havia dobrado e em 2000 já estava em 57%. O processo de terciarização da economia brasileira, que se deu mais intensamente no período da crise econômica dos anos oitenta, deslocou mão-de-obra dos setores secundário e primário para o terciário que cresceu entre 1980 e 2000 na proporção de 17%. Em 2000 o terciário incorporava mais da metade dos 76 milhões que compunham população economicamente ativa.

Tabela 1 – Proporção de pessoas com 10 anos ou mais de idade na população economicamente ativa por setor de atividade. 1940-1996.

Ano	PEA por Setor de Atividade (%)			Total
	Primário	Secundário	Terciário	
1940	67	13	20	100
1950	61	17	22	100
1960	55	17	27	100
1970	46	22	32	100
1980	31	29	40	100
1996	26	21	53	100
2000	24	19	57	100

Fonte: Censos e Contagem Populacional de 1996. IBGE.

A taxa de atividade para pessoas com 10 anos e mais no Brasil é de 61. E são próximas para as duas regiões aqui observadas, no Nordeste de 61,1 e no Sudeste de 59. A urbanização e a industrialização foram responsáveis pelo surgimento de novos grupos sociais urbanos, vinculados ao setor moderno do mercado nacional. Contudo o setor industrial-urbano está concentrado na região Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) essas novas classes convivem com estruturas tradicionais localizadas em áreas menos desenvolvidas.

Esse é um quadro comum à América Latina. Como afirma Shanin (1978): “Na América Latina o modo de produção capitalista combina-se, de forma variada, com outros modos de produção, constituindo um grau de complexidade de difícil apreensão”. Soma-se a isto, o fato de no Brasil o crescimento urbano ter-se dado em ritmo mais acelerado do que o desenvolvimento

industrial, o que resulta na incapacidade de absorção de mão-de-obra provocando, conseqüentemente, desemprego e subemprego. Deve-se considerar, ainda, a concentração fundiária.

Resulta daí que em 2001 a taxa de desemprego aberto era de 9,4%, ou seja, 7,7 milhões de pessoas estavam efetivamente procurando emprego. Entre os que estão empregados, 18,2 milhões se concentram no setor informal, isto equivale a 40% de trabalhadores brasileiros sem registro. O desemprego urbano é mais baixo, 6,2, uma taxa bastante modesta se comparada à da Argentina no momento atual de crise por que vem passando: 17,4. Enquanto o desemprego urbano no Brasil experimentou uma queda de 1% em comparação a 2000, na Argentina aumento em 2,3 pontos percentuais.

Considerando toda a população com 10 anos e mais que declarou ter uma ocupação em 2001, que corresponde a 75,4 milhões de pessoas, menos da metade (45,7%) contribui para a previdência – são 34,4 milhões de contribuintes contra 40,9 milhões de não contribuintes<sup>5</sup>. As mudanças atingem também as relações de trabalho; em 1960 a proporção de trabalhadores formalmente empregados era de 48%, em 1980, de 67%; mas esse processo de crescimento teve seu revés nas duas últimas décadas e em 2001 chegamos a um percentual de 50,6%.

Um importante indicador do padrão de vida de uma sociedade é o nível educacional de sua população. A educação está fortemente relacionada aos diversos fatores que influem na qualidade de vida dos indivíduos, da saúde até o grau de associativismo. Por essa razão o nível de escolarização constitui informação essencial para o conhecimento da distribuição de recursos e de oportunidades em um país.

A taxa de analfabetismo de adultos no Brasil está em torno de 15%; nessa perspectiva, os indicadores educacionais compõem um quadro preocupante, considerando que na Argentina apenas 3% das pessoas com 15 anos e mais não estão alfabetizadas. Soma-se a isto, os altos níveis de repetência e evasão; no ensino básico cerca de 26,8% dos estudantes são reprovados ou abandonam a escola, período de 1999/2000.

Diante desses indicadores educacionais é possível argumentar que o processo de universalização da educação tem limites muito claros. Embora em 1998, 98% das crianças em idade escolar estivessem inseridas no ensino fundamental, apenas 32,6% da população com idade entre 15 e 17 anos estava regularmente matriculada no segundo grau. Esse índice coloca o Brasil

---

<sup>5</sup> Estado de São Paulo, 13/09/2002, “Mercado Informal já emprega 18,2 milhões no País” (Luciana Nunes Leal).

bem abaixo dos países vizinhos – Argentina e Chile - que tem 74% e 70%, respectivamente, dos jovens nessa faixa etária frequentando o ensino médio.

Se focalizarmos a situação do ensino superior, comparativamente a outros países, a situação torna-se ainda mais desfavorável:

Tabela 2: Ensino superior – Taxa de Escolarização Bruta

<b>Países</b>	<b>Taxa de Escolarização Bruta (% da população de 20 a 24 anos)</b>
Brasil	13
Argentina	39
Chile	27
Bolívia	23
México	14
Inglaterra	48
França	50
Espanha	46
EUA	80

Fonte: Castro, M. Helena G. de (1998) – Avaliação do sistema educacional brasileiro – Tendências e Perspectivas. Brasília: INEP.

O panorama apresentado para o mercado de trabalho brasileiro, embora não seja animador, demonstra condições mais favoráveis do que as existentes neste momento na Argentina. Contudo, considerando alguns determinantes estruturais, que exigem soluções de longo prazo mesmo com a implementação de políticas direcionadas e eficazes, tais como aumento da escolarização e qualidade em saúde, parecem ser problemas mais graves no Brasil. A crise econômica Argentina teve efeitos sobre a configuração do mercado de trabalho e provocou desemprego em massa e, certamente, tem e terá conseqüências diretas sobre a estrutura social e a qualidade de vida da população. No entanto, os argentinos são mais educados, vivem mais e tem menor taxa de mortalidade infantil que os brasileiros. Isso explica o fato da Argentina ter o IDH

bem mais elevado que o Brasil, colocando-se na 34<sup>a</sup> posição no ranking de países, enquanto seu vizinho ao norte está na 73<sup>a</sup>.

O quadro apresentado não é otimista. Ao contrário, opõe-se à crença amplamente difundida na década de 70 de que a diminuição da desigualdade no Brasil seria consequência natural do crescimento econômico. Como mostram os dados, as distâncias sociais vêm aumentando. Explicar esse descompasso não é difícil, a apropriação dos benefícios desse desenvolvimento se deu de forma desigual pelos diferentes estratos e grupos da população. Diante dessa proposição cabe analisar as possibilidades e os limites da mobilidade social brasileira.

### **Mobilidade Social no Brasil**

Aqui se tem como objetivo a análise das taxas e fluxos de mobilidade inter e intrageracional de homens e mulheres em dois momentos: 1988 e 1996<sup>6</sup>. Assim, busca não só apontar as singularidades de gênero, mas também mudanças ou permanências nos padrões e tendências da mobilidade nesse período.

Embora reconhecendo que a abrangência temporal desse estudo é limitada, já que em oito anos não se pode esperar grandes mudanças na estrutura social, sabe-se que a última década foi marcada por transformações no mundo do trabalho, pautadas pela 'desindustrialização', flexibilização e precarização dos empregos, que tem correspondência no crescimento dos setores de serviços, informal e conta própria.

Apesar da crescente inserção no mercado de trabalho, o rendimento médio das mulheres representa apenas 57,5% do rendimento médio dos homens. Também é preciso reconhecer que a força de trabalho feminina está concentrada em algumas ocupações e setores localizados, em geral, na base da hierarquia social, como é o caso do setor não manual de rotina e do setor manual não qualificado. Basta estar atento para o fato de que no primeiro setor mencionado estão concentradas as datilógrafas e caixas, e no segundo, as empregadas domésticas e costureiras. Note que essa tendência está presente tanto em 1998 como em 1996, como mostra a distribuição ocupacional de homens e mulheres expressa na tabela abaixo:

---

<sup>6</sup> Os dados utilizados referem-se a homens e mulheres, com idade entre 20 e 64 anos, que estavam ocupados na semana de referência das PNADs 1988 e 1996.

**Tabela 3**  
Distribuição por estrato ocupacional segundo gênero

Estratos	Homem		Mulher	
	1988	1996	1988	1996
Profissionais com nível superior (I)	3,5	3,3	3,3	4,6
Administradores e Gerentes (II)	7,7	7,2	5,7	5,6
Proprietários empregadores urbanos (III)	5,2	5,0	2,2	3,0
Não manual de rotina (IV)	12,3	11,9	24,5	22,3
Proprietários conta própria (V)	5,0	5,9	4,8	5,2
Trabalhadores manuais qualificados(VI)	16,9	19,4	7,8	10,2
Trabalhadores manuais não qualificados (VII)	21,6	25,5	37,6	39,1
Proprietários empregadores rurais (VIII)	1,6	1,1	0,2	0,1
Trabalhadores rurais	26,3	20,7	13,9	9,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Dados das PNADs 1988 e 1996 para o Brasil.

Três estratos registraram crescimento nesse período de oito anos, tanto para homens como para mulheres, são eles o de proprietários por conta própria (V), o manual qualificado (VI), que inclui o setor de serviços e a indústria moderna, e o manual não qualificado (VII), que engloba indústria tradicional, ambulantes e empregados domésticos. Esses resultados corroboram a tese de que as mudanças no mercado de trabalho durante a década de 90 provocaram uma 'migração' da mão de obra para esses setores mais precários da economia. O setor rural continua em um processo de retração.

**Em 1996 se repete a tendência de concentração das mulheres em alguns estratos; 22,3% das mulheres estavam empregadas no setor não manual de rotina, o dobro da proporção de homens, e 39,1% no setor manual não qualificado. No entanto, pode-se notar que em 1996 há uma proporção maior de mulheres profissionais com nível superior (I) comparativamente aos homens. Os homens estão mais representados entre os proprietários empregadores, tanto urbanos quanto rurais, administradores e gerentes e trabalhadores manuais qualificados. Note-se, ainda, que a evasão do campo é maior**

**entre as mulheres; uma vez que o percentual de homens trabalhando no setor rural é mais de duas vezes o de mulheres.**

Uma vez analisadas as distribuições ocupacionais pode-se focar as taxas e fluxos de mobilidade; e nesse ponto é necessário apresentar as fórmulas correspondentes. Aqui serão tratados dois tipos de mobilidade: intergeracional e intrageracional. Denomina-se mobilidade intergeracional o movimento entre o estrato do pai<sup>7</sup>, e o estrato em que o respondente obteve seu primeiro emprego. Mobilidade intrageracional, também chamada mobilidade de carreira, é aquela que corresponde à relação entre o estrato em que o respondente obteve seu primeiro emprego e seu estrato atual, ou seja, aquele em que se encontrava no momento da pesquisa.

Os cálculos de porcentagens estarão compreendidos em tabelas de fluxos de saída. Por fluxo de saída entende-se o movimento em cada linha da tabela e os percentuais devem ser interpretados como a proporção de movimento de cada estrato de origem em direção aos estratos de destino; representando, assim, a distribuição de indivíduos de uma determinada origem por todos os estratos de destino. Os fluxos de saída referem-se, portanto, à mobilidade entre estratos a partir da movimentação dos indivíduos da origem em direção ao destino. Assim, as tabelas de fluxos de saída apresentam a direção dos trabalhadores partindo de suas posições de origem (estrato do pai) em direção a suas posições de destino (primeiro estrato do respondente).<sup>8</sup>

As taxas de mobilidade aqui apresentadas são as seguintes: taxa de imobilidade, taxa de mobilidade, taxa de mobilidade ascendente, taxa de mobilidade descendente, taxa de mobilidade estrutural e taxa de mobilidade circular.

A taxa de imobilidade corresponde ao total de indivíduos na diagonal da tabela de mobilidade, ou seja, aqueles que reproduzem o mesmo estrato de seus pais, no caso da mobilidade intergeracional, ou o mesmo estrato em que obtiveram seu primeiro emprego, no caso da mobilidade intrageracional. A taxa de mobilidade representa a proporção de todos os outros respondentes, que podem ter ascendido em relação a sua origem e, portanto, experimentado mobilidade ascendente, ou terem descido alguns patamares na estrutura social, o que se caracteriza em mobilidade descendente.

A mobilidade estrutural é medida segundo as mudanças nas distribuições marginais da tabela de mobilidade que refletem as mudanças na distribuição mesma de posições na estrutura social. O cálculo é feito com base na subtração entre estrato de origem e estrato de destino, mas

---

<sup>7</sup> A coleta dessa informação foi feita diferentemente nas PNADS 88 e 96. Em 1988 a origem referia-se à ocupação do pai quando o respondente obteve seu primeiro emprego; em 1996 quando o respondente tinha 15 anos.

<sup>8</sup> O fluxo de saída é calculado por:  $n_{ij} = f_{ij}/f_i \cdot (100)$ . Onde,  $f_{ij}$  é a frequência observada na célula e  $f_i$  é o valor da marginal na linha representando o total de indivíduos na origem  $i$ .

apenas para aqueles estratos em que esta operação obtenha valor positivo, isto é, para os estratos em que o número de posições de origem exceda o número de posições de destino.

A mobilidade de circulação refere-se ao movimento entre estratos resultante do processo intrínseco de movimentação dentro do mercado de trabalho, e a mobilidade de um indivíduo depende de que sua posição de destino seja desocupada por motivos de aposentadoria, morte ou descensão/ascensão social de outro indivíduo. Esse tipo de mobilidade é também denominado mobilidade por troca, pois para que um trabalhador preencha uma posição no mercado é necessário que ela seja vaga por outro, isto é, as mudanças de posições não resultam da abertura de novas posições, mas de que as posições já existentes sejam vagas. Dessa forma, a mobilidade de circulação depende basicamente dos recursos individuais, destacando o papel da educação e do treinamento neste processo de mudança. Aliás, Pastore (1979) enfatiza a relevância das variáveis individuais, como educação e idade, como fatores explicativos da mobilidade.

Nesse sentido, toda a discussão feita por Hutchinson (1960) teve como objetivo último demonstrar que o Brasil possuía uma estrutura social rígida, na medida em que o tipo de mobilidade predominante era a estrutural. Segundo ele, esse tipo de mobilidade que se caracteriza pela abertura de novos postos de emprego através de um fenômeno econômico "não contribui em quase nada para a fluidez social que poderia encorajar a circulação da população para posições de acordo com as capacidades individuais" (1960:10). Isto porque a fluidez do sistema de estratificação social só pode ser medida pelo tipo de mobilidade que se baseia na troca de posições dos indivíduos, isto é, pela mobilidade por troca ou mobilidade circular.

Assim, é através de qualidades individuais que a mobilidade se estabelece, e a troca entre posições é o melhor indicador de fluidez. No caso da mobilidade resultante de fatores estruturais as mudanças de posições não se estabelecem pela flexibilidade do sistema de estratificação, mas por demanda de mão-de-obra em novas posições geradas num processo de transformação da estrutura de emprego. Dessa forma, não é a permeabilidade da estrutura de estratificação que permite a mobilidade. Pastore (1979) chama atenção para o fato de não haver ocorrido deslocamento dos grupos de *status* mais alto, indicando que a nova classe média foi formada pela ampliação dos postos de emprego e pela diferenciação ocupacional na zona urbana. Valle Silva (1979) demonstra como a estrutura social brasileira permanecia rígida e estável uma vez isolados os fatores estruturais que contribuíam para os altos graus de mobilidade observados por Pastore.

Pastore (1979) entende a mobilidade social como fruto de uma combinação de recursos individuais com restrições estruturais; e enumera vários fatores relacionados a ocorrência desses dois tipos de mobilidade, circular e estrutural. Entre os fatores estruturais ele sublinha a importância dos níveis de emprego, da diferenciação ocupacional, da urbanização, da

industrialização entre outros. Entre os recursos individuais ele enfatiza a educação, a idade, o treinamento, a experiência, etc. Se nas sociedades em processo de industrialização prevalece a mobilidade estrutural, nas sociedades mais desenvolvidas o tipo de mobilidade predominante é a mobilidade de circulação. Isto porque, sociedades economicamente estáveis têm, conseqüentemente, maior estabilidade e menos flexibilidade na estrutura do mercado de trabalho. Nesse caso, as variáveis individuais, tais como educação, exercem maior influência nas chances de mobilidade nesses mercados porque são determinantes para a mobilidade circular.

Com essa perspectiva, busca-se explorar não só o volume e a direção dos movimentos entre estratos, mas também o tipo de movimento inserido nesse processo de mobilidade. Nesse estudo será analisada em primeiro lugar a mobilidade intergeracional, considerando os dados das PNADs de 1988 e 1996 para homens e mulheres com idade entre 20 e 64 anos, que declararam sua ocupação na semana de referência. Dessa forma, estão sendo incluídos apenas aqueles indivíduos que estavam inseridos no mercado de trabalho.

### **Mobilidade Intergeracional**

Taxas de Mobilidade Intergeracional:

#### ***1988***

Para homens: Imobilidade = 62,2%

Mobilidade = 37,8%      Ascendente = 17,8%  
Descendente = 20,0%

Mobilidade Estrutural = 15,9%

Mobilidade Circular = 21,9%

Para mulheres: Imobilidade = 40,3%

Mobilidade = 59,7%      Ascendente = 39,9%  
Descendente = 19,8%

Mobilidade Estrutural = 43,8%

Mobilidade Circular = 15,9%

## **1996**

Para homens: Imobilidade = 48,4%

Mobilidade = 51,6%      Ascendente = 33,3%

Descendente = 18,3%

Mobilidade Estrutural = 21,9%

Mobilidade Circular = 29,7%

Para mulheres: Imobilidade = 36,4%

Mobilidade = 63,6%      Ascendente = 45,7%

Descendente = 17,9%

Mobilidade Estrutural = 41,9%

Mobilidade Circular = 21,7%

Os resultados mostram uma situação bem mais favorável em 1996; os dados da PNAD denotam um aumento na mobilidade intergeracional dos homens, com idade entre 20 e 64 anos, de 37,8% em 1988 para 51,6% em 1996. As taxas de mobilidade ascendente são mais altas correspondendo a 64,5% do total de mobilidade dos homens; enquanto em 1988 registrava apenas 47,1%. Para as mulheres o quadro também é mais positivo; em 1996 não só a mobilidade ascendente aumentou como também cresceu a mobilidade de circulação.

Considerando a mobilidade estrutural, ela continua sendo em grande parte determinada pela diminuição do setor rural com conseqüente aumento do urbano, especialmente no caso das mulheres. Em 1988, a diferença entre origem e destino na proporção dos trabalhadores rurais foi de 6,5% para homens e 25,6% para mulheres; o que correspondia a 40,8% do total de mobilidade estrutural dos homens e 58,4% das mulheres. Em 1996, esse movimento correspondia a 15,1% para os homens e 26% para as mulheres; seu peso proporcional no total de mobilidade estrutural era de 68,9% e 62,1%. Pode-se concluir, portanto, que nesses oito anos, o processo de urbanização não só continuou como também incorporou grande parcela do total de mobilidade estrutural.

O grande volume de mobilidade intergeracional estrutural para as mulheres, que ultrapassa a mobilidade de circulação, num padrão contrário ao dos homens, deve-se às diferenças na estrutura de ocupações de pais e filhas. Esse fenômeno tem uma explicação causal direta: "(...) as mulheres estão distribuídas em posições no mercado de trabalho diferentes dos homens. Deve-se lembrar que o cálculo da mobilidade estrutural e circular baseia-se no diferencial entre as marginais da tabela de mobilidade e, portanto no diferencial entre as distribuições ocupacionais de pais e filhos/filhas". (Scalon, 1999: 95). Uma vez que o mercado de trabalho é segmentado por

gênero, ao comparar as filhas com seus pais se está comparando duas distribuições ocupacionais desiguais: das mulheres e dos homens.

Constatar um aumento na taxa de mobilidade não significa que tenha havido uma mudança expressiva na estrutura social, já que alguns estratos têm níveis muito próximos e a troca entre eles nem sempre indica uma ascensão significativa. Deve-se lembrar que a classificação aqui utilizada não é uma hierarquia de status; ao contrário, o objetivo aqui é analisar o movimento entre estratos no nível mais relacional, no que ele representa em mudanças entre categorias identificadas por suas características de situação de mercado e situação de trabalho.<sup>9</sup> Dessa forma, a meta é privilegiar a identificação de elementos tais como propriedade, autonomia, controle, autoridade, urbano, rural, manual, não manual, entre outros; a fim de analisar a relação entre eles.

As taxas são, em última instância, medidas sumarizadas e não permitem que se conheça o padrão de mobilidade; para tanto é indispensável que se observe os fluxos de saída nos diversos estratos.

As tabelas 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4 mostram os fluxos de saída para homens e mulheres nos anos de 1988 e 1996.

**Tabela 4.1**

Mobilidade Intergeracional para Homens com Idade entre 20 e 64 Anos  
Fluxos de Saída em Porcentagem (N= 36973)

		DESTINO									
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
O R I G E M	I	11,6	5,7	0,9	47,4	1,2	15,6	10,4	0,0	6,8	100,0
	II	4,5	5,4	0,6	43,2	0,8	24,9	12,8	0,0	7,9	100,0
	III	2,9	3,1	2,6	35,0	0,7	21,3	23,4	0,0	11,1	100,0
	IV	1,8	2,3	0,4	36,4	0,3	25,3	23,3	0,0	10,1	100,0
	V	1,3	1,5	0,9	44,3	3,7	19,8	17,4	0,0	11,0	100,0
	VI	0,5	0,9	0,5	22,1	0,5	36,1	26,9	0,0	12,5	100,0
	VII	0,2	0,6	0,7	13,0	0,5	18,0	51,6	0,0	15,5	100,0
	VIII	2,4	1,3	0,4	13,6	0,4	6,6	5,5	0,0	68,7	100,0
	IX	0,1	0,2	0,2	3,7	0,2	3,5	6,9	0,0	85,2	100,0

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

<sup>9</sup> Por situação de mercado entende-se os recursos e níveis salariais, o grau de seguridade econômica e chances de melhoria econômica; por situação de trabalho tem-se as posições no sistema de autoridade e controle dentro do processo de produção. Ver Lockwood (1958) e Goldthorpe et alli (1987).

**Tabela 4.2**

Mobilidade Intergeracional para Mulheres com Idade entre 20 e 64 Anos  
Fluxos de Saída em Porcentagem (N= 18322)

		DESTINO									
O R I G E M		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
	I	12,9	5,8	1,6	70,1	0,8	3,3	5,2	0,0	0,3	100,0
	II	4,6	6,1	0,5	72,0	0,3	2,1	12,7	0,0	1,6	100,0
	III	2,7	4,1	1,6	55,6	0,4	6,8	25,4	0,0	3,3	100,0
	IV	2,1	2,1	0,4	55,1	1,1	6,9	29,6	0,0	2,7	100,0
	V	2,8	2,3	0,5	61,8	1,4	5,4	23,4	0,0	2,5	100,0
	VI	0,7	1,8	0,1	48,4	0,5	6,7	39,7	0,0	2,2	100,0
	VII	0,4	1,0	0,2	28,2	0,6	5,7	59,4	0,0	4,4	100,0
	VIII	4,0	2,3	0,7	39,4	1,2	1,6	23,8	0,0	26,6	100,0
	IX	0,3	0,4	0,1	11,1	0,4	2,0	34,2	0,0	51,4	100,0

Dados da PNAD 1988 para o Brasil.

**Tabela 4.3**

Mobilidade Intergeracional para Homens com Idade entre 20 e 64 Anos  
Fluxos de Saída em Porcentagem (N= 29269)

		DESTINO									
O R I G E M		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
	I	19,7	13,4	2,4	42,3	1,0	12,6	5,4	0,0	3,1	100,0
	II	6,6	13,7	1,4	39,3	1,0	19,9	12,3	0,1	5,7	100,0
	III	6,6	7,4	4,0	37,3	2,4	19,0	16,5	0,0	6,7	100,0
	IV	4,2	7,0	0,7	36,6	1,8	24,4	17,2	0,0	7,9	100,0
	V	4,6	7,7	1,6	39,6	5,3	17,1	14,6	0,3	9,3	100,0
	VI	1,6	4,8	0,4	28,8	1,2	33,5	20,3	0,0	9,4	100,0
	VII	1,0	3,2	0,3	19,5	0,6	21,2	41,8	0,0	12,4	100,0
	VIII	1,5	2,6	1,4	13,6	1,4	11,5	11,9	2,4	53,6	100,0
	IX	0,4	1,2	0,4	7,1	0,9	9,9	16,3	0,2	63,6	100,0

Dados da PNAD 1996 para o Brasil.

**Tabela 4.4**

Mobilidade Intergeracional para Mulheres com Idade entre 20 e 64 Anos  
Fluxos de Saída em Porcentagem (N= 15720)

		DESTINO									
O R I G E M		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
	I	19,6	6,8	1,0	61,1	1,7	2,3	7,5	0,0	0,0	100,0
	II	8,1	9,0	1,0	59,5	1,0	6,2	13,6	0,0	1,5	100,0
	III	7,2	8,2	2,9	57,6	0,7	5,7	15,9	0,3	1,5	100,0
	IV	4,0	4,4	0,8	55,6	0,6	6,1	25,4	0,0	3,1	100,0
	V	4,0	5,7	0,9	57,6	1,4	6,1	21,8	0,0	2,5	100,0
	VI	1,8	3,0	0,2	49,1	0,7	7,7	34,5	0,0	2,9	100,0
	VII	0,8	2,1	0,2	34,3	0,9	6,9	49,9	0,0	4,9	100,0
	VIII	4,0	1,5	0,7	33,4	0,2	3,9	26,9	0,7	28,7	100,0
	IX	0,6	0,7	0,2	12,8	0,6	4,9	34,6	0,0	45,6	100,0

Dados da PNAD 1996 para o Brasil.

Pode-se observar que a reprodução no estrato I aumentou em 1996; quase 20% dos filhos e filhas de profissionais de nível superior obtiveram seu primeiro emprego neste mesmo estrato, quando em 1988 essa proporção estava em torno de 12%. Ainda avaliando os estratos de destino em que se inserem os filhos e filhas de profissionais com nível superior, tem-se que em 1988: 18,2% de homens e 20,3% de mulheres entraram no mercado de trabalho via as três primeiras categorias, que podem ser entendidas como uma 'elite' (profissionais, administradores e empregadores urbanos). Em 1996, a proporção de homens praticamente dobrou, registrando 35,5%, enquanto a de mulheres também aumentou para 27,4%. Esses números revelam um aumento na capacidade de manutenção de posições pela elite.

Contudo, em 1996 houve um crescimento da mobilidade entres os estratos manuais urbanos e os três estratos de elite. A proporção de homens com origem no estrato manual qualificado (VI) que ascenderam aos estratos I, II e III foi de 1,9% em 1988 e 6,8% em 1996; essas proporções entre as mulheres foram de 2,6% e 5,0%, respectivamente. O mesmo pode ser verificado quando o estrato de origem é o manual não qualificado (VII); em 1988 o movimento ascendente dos homens para os três primeiros estratos era de 1,5% entre os homens e 1,6% entre as mulheres; em 1996 esses percentuais subiram para 4,5% e 3,1%, nessa ordem.

Como conclusão pode-se apontar uma tendência que indica uma maior estabilidade da elite e, nesse sentido, aumento da capacidade de preservação de seus postos, mesmo em face a uma maior mobilidade ascendente do setor manual em direção a ela. Ou seja, foi possível o aumento da mobilidade do manual para setores mais privilegiados, sem que isto implicasse em prejuízo da transmissão de posições pela elite.

Também o estrato de trabalhadores rurais demonstra um aumento na mobilidade ascendente para os três primeiros estratos, embora ainda em proporção modesta. Importante registrar que entre 1988 e 1996 diminuiu a imobilidade nesse estrato, em um sinal de decrescente isolamento, que sempre foi uma forte característica do setor rural. Ainda assim, em 1996, 64% de homens e 46% de mulheres com origem no campo iniciaram sua vida economicamente ativa como trabalhadores rurais. As mulheres continuam demonstrando menor tendência à herdar sua origem rural comparativamente aos homens; sendo seu destino mais comum o estrato manual não qualificado, o que pode ser explicado pelo fato dessa categoria incluir não somente as indústrias tradicionais como também o emprego doméstico.

Entre os que conseguiram migrar para o setor urbano, o maior fluxo continua sendo daqueles que se inseriram no manual não qualificado; essa proporção permanece praticamente

inalterada entre as mulheres: 34,2% em 1988 e 34,6% em 1996; mas aumenta entre os homens: 6,9% em 1988 e 16,3% em 1996.

O setor não manual de rotina e o manual não qualificado são os que mais recebem trabalhadores, vindos de diversos estratos de origem sendo um padrão ainda mais acentuado entre as mulheres. Analisando os fluxos de saída, verifica-se que o estrato não manual de rotina é o principal destino daqueles que tem origem em estratos não manuais urbanos; um movimento que ultrapassa até mesmo a tendência à imobilidade. No caso das mulheres esse padrão é verdade para todos os estratos, sendo exceção o estrato manual não qualificado (VII) e o de trabalhadores rurais (IX), nos quais predominam o percentual de imobilidade, embora também registrem uma proporção significativa de movimentação em direção ao não manual de rotina. Esse fenômeno, já observado nos dados de 1988 (Scalon, 1999a), se repete em 1996. Todos os estratos de origem que não incluem ocupações rurais parecem convergir em direção ao não manual de rotina que, dessa maneira, consiste em um 'porto' de entrada no mercado de trabalho para as pessoas que partiram do setor urbano. A proporção de mulheres com origem em estratos não manuais que obtiveram sua primeira ocupação no estrato não manual de rotina (IV), variava entre 61% e 55%.

Diante desses resultados, pode-se considerar o estrato não-manual de rotina e o estrato manual não qualificado como "zonas de contenção" à mobilidade de longa distância; uma vez que são categorias de baixo prestígio e remuneração e incorporam a grande maioria de mulheres com origem no setor manual e no setor rural, respectivamente.

Nesse ponto deve-se explicitar o que está sendo compreendido nesse conceito de 'zona de contenção'. A tese que se refere à zona de contenção diz respeito à divisão entre ocupações manuais e não manuais; considerando esta fronteira como o ponto de ruptura mais importante na estrutura de classe, já que funciona como barreira para prevenir a mobilidade de longa distância. Neste sentido, supõe a existência de um grande volume de mobilidade tanto intergeracional quanto intrageracional através da fronteira manual/não manual, contudo este é um padrão de movimento de alcance restrito que está limitado aos grupos que são similares na estrutura de estratificação e que têm um certo grau de homogeneidade de origem.<sup>10</sup> Aqui também está sendo aplicada à fronteira rural/urbano.

O alto nível de mobilidade ao redor da fronteira manual/não manual, ou rural/urbano, funciona como uma barreira para bloquear a mobilidade de longa distância, formando, dessa maneira, uma área que impede e "amortece" a mobilidade em direção aos estratos localizados na extremidade da estrutura social. Neste sentido, a zona de contenção está relacionada à idéia de

---

<sup>10</sup> A tese de Zona de Contenção está presente nos trabalhos de Bottomore, 1965; Parkin, 1972 e Giddens, 1973.

fechamento social, uma vez que ela previne a mobilidade de longa distância garantindo fechamento no topo da pirâmide de estratificação.

### **Mobilidade Intrageracional**

A mobilidade intrageracional, como mencionado anteriormente, diz respeito ao movimento entre estratos que se dá durante a trajetória de carreira dos indivíduos. Como reflete a mobilidade experimentada pelos indivíduos durante seu ciclo de vida de trabalho, a tabela de mobilidade intrageracional engloba diferentes faixas etárias e, portanto, diferentes momentos na trajetória ocupacional. Entretanto, pode-se inferir que se essa é uma realidade em 1988 também é em 1996 e, portanto, as diferenças aqui encontradas não serão substancialmente influenciadas pelos diferenciais de idade da força de trabalho nesses dois momentos. De qualquer forma, serão também consideradas as taxas de imobilidade, mobilidade ascendente e mobilidade descendente para homens e mulheres com mais de 35 anos. Com esse controle, busca-se focalizar os indivíduos que já atingiram certo nível de maturidade ocupacional (Goldthorpe, 1987).

As taxas de mobilidade intrageracional para homens e mulheres com idade entre 20 e 64 anos estão representados abaixo:

#### *Taxas de Mobilidade Intrageracional:*

#### **1988**

Para homens: Imobilidade = 40,2%

Mobilidade = 59,8%      Ascendente = 49,0%  
Descendente = 10,8%

Mobilidade Estrutural = 29,6%

Mobilidade Circular = 30,0%

Para mulheres: Imobilidade = 58,1%

Mobilidade = 41,9%      Ascendente = 34,0%  
Descendente = 7,9%

Mobilidade Estrutural = 16,7%

Mobilidade Circular = 25,2%

## 1996

Para homens: Imobilidade = 42,7%

Mobilidade = 57,3%      Ascendente = 41,5%

Descendente = 15,8%

Mobilidade Estrutural = 22,5%

Mobilidade Circular = 34,8%

Para mulheres: Imobilidade = 47,4%

Mobilidade = 52,6%      Ascendente = 37,3%

Descendente = 15,3%

Mobilidade Estrutural = 20,2%

Mobilidade Circular = 32,4%

Aqui o quadro apresenta algumas diferenças em relação à mobilidade intergeracional: em 1996 há uma tendência maior à imobilidade entre os homens, o que não ocorreu com as mulheres que tiveram uma taxa de mobilidade mais alta; contudo esse fenômeno inscreve o incremento da proporção de mobilidade descendente para ambos os sexos. Considerando como 100% o total de indivíduos que experimentaram mobilidade de carreira, em 1988, tem-se uma mobilidade descendente da ordem de 18,1% para homens e 18,9% para mulheres; em 1996 esses números atingem: 27,6% para homens e 29,1% para mulheres.

Entre os homens houve uma diminuição da mobilidade estrutural e crescimento da circular; entre as mulheres ambas as taxas aumentaram nesse período, o que pode ser explicado como consequência do aumento na taxa de mobilidade como um todo. Mas é importante ressaltar que na mobilidade de carreira das mulheres a mobilidade de circulação ultrapassa a estrutural, o que não ocorre na mobilidade intergeracional pela razão já descrita anteriormente, qual seja: as mulheres estão inseridas em uma estrutura ocupacional distinta da dos homens e, portanto, quando a origem se refere ao estrato do pai, essa desigualdade na distribuição de emprego se reflete em altas taxas de mobilidade estrutural. Isso já não ocorre com a mobilidade intrageracional, já que origem e destino são informados pela própria estrutura de ocupação das mulheres.

Como observado em 88, a força de trabalho feminina continua apresentando índices mais altos de imobilidade do que os homens em 96, mas a diferença de gênero na proporção de mobilidade descendente não se mostra expressiva. As mulheres têm uma tendência maior a permanecerem na posição em que entraram no mercado de trabalho; e essa é uma característica das trajetórias ocupacionais das mulheres freqüentemente apontada na literatura sobre gênero e mobilidade. No Brasil, entretanto, as dificuldades encontradas pelas mulheres em experimentarem

mobilidade de carreira não podem ser atribuídas à saída do mercado de trabalho durante o ciclo reprodutivo, uma vez que aqui a estrutura de emprego feminina não é bimodal e tampouco caracteriza-se pelo trabalho em tempo parcial, como ocorre em outros países.

Como foi argumentado no início da discussão sobre mobilidade intrageracional, é importante levar em consideração o fato de estarem incluídos dados de indivíduos em diferentes momentos de sua trajetória, o que está fortemente relacionado à possibilidade de movimentação na estrutura social. Fica claro que não se pode esperar o mesmo nível de mobilidade para indivíduos que acabaram de entrar no mercado daqueles do que para os que estão em um período mais avançado de sua vida produtiva. Por essa razão, foram analisadas as taxas de imobilidade e mobilidade (ascendente e descendente) para trabalhadores com 35 anos e mais, no sentido de avaliar se o padrão observado para o total dos respondentes permanece quando se faz um filtro daqueles que a literatura aponta como estando em uma fase mais estável da carreira.

As taxas de mobilidade para homens e mulheres com 35 anos e mais são:

### **1988**

Para homens: Imobilidade = 38,9%

Mobilidade = 61,1%      Ascendente = 54,5%

Descendente = 6,6%

Para mulheres: Imobilidade = 56,2%

Mobilidade = 43,8%      Ascendente = 36,7%

Descendente = 7,1%

### **1996**

Para homens: Imobilidade = 42,3%

Mobilidade = 57,7%      Ascendente = 41,8%

Descendente = 15,9%

Para mulheres: Imobilidade = 47,2%

Mobilidade = 52,8%      Ascendente = 36,9%

Descendente = 15,9%

Como é possível constatar, a diferença entre percentuais de imobilidade e de mobilidade, tanto ascendente como descendente, são modestas quando comparados os dados do total de respondentes com idade igual ou maior que 35 anos. Somente no caso dos homens observa-se que

em 1988 a taxa de mobilidade ascendente cresce nesse corte de idade comparativamente ao total; para as mulheres e mesmo homens em 1996, as taxas são praticamente as mesmas, considerado ou não a coorte de idade.

Dessa forma, nota-se que as conclusões baseadas nos dados para o total de trabalhadores ocupados não inserem um viés de idade que prejudique a análise; uma vez que as tendências permanecem as mesmas quando introduzida uma coorte.

Nesse ponto, cabe introduzir a análise das tabelas com fluxos de saída, 5.1 a 5.4, que, no caso da mobilidade intrageracional, representam o movimento dos indivíduos partindo da posição em que entraram no mercado de trabalho para sua posição atual.

**Tabela 5.1**

Mobilidade Intrageracional para Homens com Idade entre 20 e 64 Anos  
Fluxos de Saída em Porcentagem (N= 43536)

		DESTINO									
O R I G E M		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
	I	70,8	12,4	8,1	6,2	0,3	0,3	0,6	1,1	0,3	100,0
	II	16,1	38,9	8,5	17,8	3,3	6,3	6,0	1,5	1,5	100,0
	III	2,4	11,7	24,9	11,7	5,4	20,0	21,0	1,0	2,0	100,0
	IV	11,1	20,1	9,1	30,6	5,9	11,9	8,2	0,7	2,3	100,0
	V	2,6	9,4	10,7	11,2	29,6	12,9	12,9	2,6	8,2	100,0
	VI	4,4	14,1	7,3	18,2	4,4	36,7	11,7	0,5	2,6	100,0
	VII	1,5	7,1	5,5	15,4	4,2	20,5	39,2	0,4	6,1	100,0
	VIII	0,0	15,0	0,0	10,0	0,0	0,0	25,0	35,0	15,0	100,0
	IX	0,4	2,3	2,7	5,9	4,7	13,7	24,7	2,2	43,5	100,0

Dados da PNAD 1988 para o Brasil

**Tabela 5.2**

Mobilidade Intrageracional para Mulheres com Idade entre 20 e 64 Anos  
Fluxos de Saída em Porcentagem (N= 22923)

		DESTINO									
O R I G E M		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
	I	83,0	5,4	3,1	7,5	0,3	0,0	0,3	0,3	0,0	100,0
	II	8,7	52,4	5,7	24,4	3,9	1,8	2,7	0,3	0,0	100,0
	III	3,1	2,1	58,8	14,4	5,2	9,3	6,2	1,0	0,0	100,0
	IV	5,8	12,6	3,4	61,0	3,8	3,7	9,4	0,1	0,2	100,0
	V	1,0	1,6	6,8	9,9	66,0	1,6	11,5	0,0	1,6	100,0
	VI	1,4	6,5	2,6	19,5	4,1	42,9	22,4	0,1	0,5	100,0
	VII	0,3	2,2	1,4	11,5	5,2	9,7	66,7	0,0	2,9	100,0
	VIII	0,0	0,0	10,0	0,0	0,0	0,0	10,0	80,0	0,0	100,0
	IX	0,1	0,7	0,6	5,5	3,8	6,8	39,8	0,3	42,5	100,0

Dados da PNAD 1988 para o Brasil

**Tabela 5.3**

Mobilidade Intrageneracional para Homens com Idade entre 20 e 64 Anos  
Fluxos de Saída em Porcentagem (N= 34950)

		DESTINO									
O R I G E M		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
	I	55,8	13,7	9,6	9,4	3,4	2,5	2,3	1,8	1,5	100,0
	II	7,1	34,2	14,6	13,9	9,8	8,6	8,9	0,7	2,1	100,0
	III	8,0	12,1	35,7	10,3	9,5	9,8	6,2	3,7	4,7	100,0
	IV	7,3	15,0	8,5	29,1	7,8	14,5	13,3	0,7	3,6	100,0
	V	1,4	9,5	10,5	13,2	24,3	13,9	13,6	2,2	11,4	100,0
	VI	2,2	7,4	5,5	11,7	5,7	46,2	16,1	0,4	4,9	100,0
	VII	0,8	4,3	3,1	10,2	4,8	16,1	49,3	0,2	11,1	100,0
	VIII	2,7	5,5	19,4	7,2	19,8	9,8	9,5	8,4	17,6	100,0
	IX	0,4	2,2	2,5	5,0	4,8	13,5	25,2	2,0	44,4	100,0

Dados da PNAD 1996 para o Brasil

**Tabela 5.4**

Mobilidade Intrageneracional para Mulheres com Idade entre 20 e 64 Anos  
Fluxos de Saída em Porcentagem (N= 18933)

		DESTINO									
O R I G E M		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
	I	59,4	10,2	6,1	14,1	2,4	1,8	5,2	0,2	0,7	100,0
	II	9,7	30,4	8,2	28,0	6,9	3,5	13,1	0,1	0,1	100,0
	III	1,3	10,4	29,4	20,6	14,0	2,7	16,6	4,4	0,7	100,0
	IV	8,4	11,5	5,5	46,5	5,7	6,3	15,1	0,0	1,0	100,0
	V	2,9	4,1	4,9	24,6	23,7	9,1	27,7	0,0	3,1	100,0
	VI	2,0	4,7	1,8	17,6	5,4	27,6	38,9	0,0	1,9	100,0
	VII	0,7	1,8	1,6	11,9	5,3	13,0	61,0	0,1	4,6	100,0
	VIII	0,0	0,0	57,5	0,0	0,0	0,0	0,0	27,3	15,2	100,0
	IX	0,5	1,1	1,0	8,8	3,6	8,2	42,2	0,2	34,4	100,0

Dados da PNAD 1996 para o Brasil

Em 1996 há uma queda no nível de manutenção da posição no estrato I; enquanto em 1988 a proporção de pessoas que entravam no mercado de trabalho como profissionais e assim permaneciam era de 70,8% entre homens e 83,0% entre mulheres, em 1996 era de 55,8% e 59,4% respectivamente. Se nesses oito anos se manter neste estrato torna-se mais difícil, ascender a ele também parece tornar-se menos provável para os homens, com exceção daqueles que tem origem no estrato III; contudo essa tendência não é clara entre as mulheres

Entre 1988 e 1996 cresce também o movimento descendente dos estratos não manuais (profissionais, administradores, empregadores urbanos e não manual de rotina) para o estrato de proprietários por conta própria (V). Essa tendência pode estar apontando para uma menor formalização do mercado de trabalho. Destaca-se, ainda, o aumento de mobilidade descendente

dos estratos não manuais para o estrato manual não qualificado (VII), exceção para os homens com origem no estrato III. Essa é uma constatação preocupante, já que esse estrato engloba as ocupações de mais baixo prestígio e rendimento do setor urbano, tais como emprego doméstico, ambulante, na indústria tradicional, etc.

A comparação dos percentuais de fluxo de saída entre os anos de 88 e 96 mostrou que o decréscimo da proporção de imobilidade para os homens nos estratos não manuais, única exceção para o de empregadores urbanos (III), não se traduziu em aumento dos fluxos ascendentes, ao contrário, o que predominou foram movimentos descendentes. Já entre as mulheres esse padrão de fluxos não é tão claro, embora as taxas de mobilidade descendente também tenham crescido.

Em 1988, a proporção de homens que iniciaram suas carreiras como trabalhadores manuais qualificados (VI) e ascenderam aos três estratos superiores - profissionais (I), administradores (II) e empregadores urbanos (III) - foi de 25,8%; mas em 1996 caiu para 15,1%. Essa queda também é verificada quando o foco é o setor manual não qualificado; os que se moveram para os três primeiros estratos eram: 14,1% em 1988 e 8,2% em 1996. Para as mulheres a situação manteve-se mais estável, embora também tenha ocorrido uma queda; o percentual de trabalhadoras que deixou o setor manual qualificado para integrar os estratos I, II e III era 10,5% em 1988 e 8,5% em 1996. Já entre as que entraram no mercado de trabalho via ocupações manuais não qualificadas as proporções praticamente não mudaram nesses oito anos: 3,9% e 4,1%.

No caso dos homens, é importante destacar que os dois estratos manuais urbanos, VI e VII, tiveram em 1996 taxas de imobilidade superiores a 1988; uma diferença em torno de 10%. Ao contrário, para as mulheres a imobilidade nesses dois estratos diminuiu, mas aumentou a relação entre eles: o movimento descendente do VI para o VII cresceu em 16,5%; enquanto o movimento ascendente do VII para o VI em 3,3%.

Já sabemos há algum tempo que o *boom* de mobilidade experimentado nos anos 70 não se repetiu na década de 80; ao contrário, a estrutura social brasileira mostrou um grau preocupante de rigidez (Scalon, 1999a). E embora os dados de 1996 apresentem um quadro mais favorável da mobilidade intergeracional brasileira quando comparado com aquele apresentado com base nos dados de 1988, as tendências permanecem inalteradas. Como foi destacado no início desse trabalho, oito anos não é tempo suficiente para se avaliar transformações na estrutura social de um país, mas é possível apontar algumas mudanças nos padrões de movimentação entre estratos sociais. Os dados mostram que houve um aumento na mobilidade intergeracional, mas também indicam a estabilidade da prevalência da mobilidade de longa distância e da reprodução e herança nos estratos de elite.

Deve-se ter em mente que a mobilidade intergeracional expressa em 1996 é basicamente uma extensão daquela encontrada em 1988, já que nesse período não se tem sequer o espaço de uma geração. Se há uma abertura no topo da estrutura social que permite ascensão ela será, em grande medida, resultante de processos que tiveram início ainda na década de oitenta. De qualquer forma, nenhuma mudança abrupta de padrão de mobilidade foi observada; tendências já incorporadas em 88 seguiram seu curso em 96. O setor rural continua seu progressivo esvaziamento e isolamento, sendo o rural e o urbano dois mundos que vivem de costas um para o outro. A rigidez da fronteira manual/não manual parece ter cedido um pouco, mas sem que isso implicasse na perda, pela elite, de sua capacidade de transmissão de posições sociais entre gerações; isto porque aumentou a reprodução nos três estratos mais elevados. Em suma, a estrutura social brasileira permanece pouco fluída e ainda com alto grau de desigualdade.

Os dados de mobilidade intergeracional incluindo apenas o setor urbano mostram que em 1996, 66,5% dos filhos de trabalhadores manuais iniciaram sua vida produtiva também em empregos manuais. Ainda considerando apenas o setor urbano, tem-se que 25% dos filhos de profissionais (I), administradores (II) ou empregadores (III) encontraram também nesses três estratos sua primeira ocupação; em oposição, apenas 6% daqueles com origem no setor manual conseguiram ascender a essas posições. A herança social parece ser menos eficaz para as mulheres do que é para os homens, mas ainda é bastante forte, uma vez que 53,4% das filhas de trabalhadores manuais começaram sua carreira também neste setor; enquanto 20,3% de mulheres com origem nos três estratos superiores permaneceram neles.

As tendências verificadas na distribuição por estratos de destino segundo gênero, tabela 2, indicam que a mão de obra rural está sendo absorvida basicamente pelo setor manual urbano (estratos VI e VII). Os três primeiros estratos (I, II e III) demonstram uma incrível estabilidade nesses oito anos, os homens apresentam praticamente o mesmo percentual, 16,4% em 1988 e 15,5% em 1996; entre as mulheres tem-se 11,2% a 13,2%, respectivamente, um aumento de percentual que se deve basicamente ao estrato de profissionais com nível superior (I). Se a 'elite' brasileira conta com aproximadamente 15% das pessoas ocupadas, a base da pirâmide é formada pela maioria da população: 65,6% dos homens e 59,1% das mulheres. Uma evidência da desigualdade de proporções entre a elite e o setor manual.

Esses números mostram o fracasso do ideal desenvolvimentista da década de 50, segundo o qual o crescimento econômico levaria a formação e ampliação da classe média, que incorporaria os setores menos privilegiados da população, tendo como resultado último a diminuição da desigualdade social. Assim, a estrutura de classes no Brasil não teria mais o desenho de uma pirâmide, mas de um diamante; o que não aconteceu.

Porém, se o período compreendido entre os anos de 88 e 96 não é amplo o bastante para que se verifique uma reestruturação do sistema de estratificação; ele é suficiente para avaliar as trajetórias de carreira e, nesse caso, compreender através da mobilidade intrageracional os padrões de mudança no mercado de trabalho.

Nesse caso, o quadro que se coloca não é positivo. A mobilidade intrageracional, no caso dos homens, não só diminui como também demonstra um índice mais alto de movimentação descendente. Para as mulheres aumenta a taxa de mobilidade, mas de mobilidade descendente que praticamente dobrou nesse período. Apesar de registrar maior mobilidade em 96, a mão de obra feminina ainda tem menores chances de mobilidade de carreira comparativamente à masculina, uma característica freqüentemente apontada na literatura sobre gênero. Uma vez inseridas no mercado de trabalho as mulheres tendem a permanecer em suas posições iniciais.

Considerando apenas o setor urbano, tem-se que em 1996, do total de homens que tiveram como primeiro emprego ocupações do setor manual, 69,7% permaneceram aí para as mulheres essa proporção foi de 76%, indicando menores chances de trajetórias ascendentes de carreira. Essa rigidez é observada também no topo da estrutura social, já que do total de homens que entraram no mercado de trabalho através dos três primeiros estratos (profissionais de nível superior, administradores e empregadores urbanos), 63% se mantiveram nessas posições; enquanto as mulheres nessa mesma situação registram um percentual de 56,5%, o que pode apontar para uma menor capacidade de manutenção de posição no topo da estrutura social.

Os dados de mobilidade intrageracional confirmam as desvantagens sofridas pelas mulheres dentro do mercado de trabalho. Nesse sentido, se há chances de mobilidade para elas essas chances estão no momento de inserção na força produtiva, ou seja, na mobilidade intergeracional. E nesse ponto as mulheres têm demonstrado um bom desempenho, com altas taxas de ascensão em relação a seus pais.

Em suma, comparando as PNADs 1988 e 1996 não se pode afirmar que houve uma mudança significativa nos padrões de mobilidade, nem intergeracional nem intrageracional. É importante lembrar essa é uma análise descritiva de caráter exploratório; mesmo assim, permite determinar que, apesar das diferenças percentuais nos dados, há uma continuidade da prevalência da mobilidade de curta distância, das barreiras entre os setores não manual e manual e do isolamento do campo. Além disso, as mulheres permanecem, majoritariamente, em posições que estão na base tanto do setor não manual como do manual urbano.

## Referências Bibliografia

BARROS, R.P. E MENDONÇA, R. (1995)- *Os Determinantes da Desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro. IPEA.

GOLDTHORPE, J. ; LLEWELLYN C. e PAYNE, C. (1987) - *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*. Oxford, Clarendon Press.

HUTCHINSON, B. (1960) - *Mobilidade e Trabalho*. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. (xerox)

IBGE – PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 1996.

IBGE – PPV (Pesquisa de Padrões de Vida) 1996-1997.

IBGE – *Estatísticas Históricas do Brasil*. Séries Econômicas. Demográficas e Sociais: 1950 a 1988.

IBGE/IPEA/PNUD – Relatório de Desenvolvimento Humano, 2002.

KAHN, T. (1998) – A Violência Brasileira. *Conjuntura Criminal*, ano 1, no 3.

LEAL, V. N. (1975) – *Coronelismo. Enxada e Voto*. São Paulo. Ed. Alfa-Omega.

LOCKWOOD, David (1958) - *The Blackcoated Worker*. Londres, Allen e Unwin.

PAES DE BARROS, R.; HENRIQUES, R. E MENDONÇA, R (2001) – A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil. Textos para Discussão/IPEA. Junho 2001.

PASTORE, J. (1979) - *Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

SCALON, M.C. (1999) - *Mobilidade Social no Brasil: Padrões e Tendências*. Rio de Janeiro, Revan.

SHANIN, T. (1978) – “The Third Stage: Marxist Historiography and the Origins of our Time”. *Journal of Contemporary Asia*. 6. 3.